

A RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA E A INCLUSÃO DE AFRODESCENDENTES EM DISCURSOS DE PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO EM UNIVERSIDADE PÚBLICA¹

*Vanessa Alves Santana**
*Mirian de Albuquerque Aquino***

Resumo

O estudo tem como objetivo analisar a relação responsabilidade social e ética de profissionais da informação e a inclusão de afrodescendentes à luz de conhecimentos interdisciplinares, buscando a concepção de disseminação da informação que norteia as ações de profissionais da informação. Faz uma breve discussão sobre o percurso do (a) negro (a) africano (a), a travessia de longa duração pelo Atlântico, o desenraizamento da pátria-mãe e as ações dos (as) colonizadores (as) sobre negros (as) para servirem como mão-de-obra em condições desumanas no solo brasileiro. Discute as atuais políticas de inclusão que mantêm um panorama excludente em todos os setores da atual sociedade, principalmente, nas universidades públicas. A abordagem qualitativa como referencial metodológico permitiu a compreensão do fenômeno e a apreensão dos significados produzidos pelos sujeitos-participantes da pesquisa, possibilitando a reflexão sobre o que leva os (as) profissionais da informação – bibliotecários (as), docentes a agirem de uma forma e não de outra em seu ambiente natural, sem considerar a demarcação dos limites entre sujeito e o objeto. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa. Concluímos, a partir de uma análise discursiva que a responsabilidade social da Ciência da Informação/Biblioteconomia implicaria uma formação ética, atentando para o fundamento ético da educação desses (dessas) profissionais no sentido de ajudá-los a definir conteúdos, métodos e objetivos do ensino que visem o respeito aos grupos sociais socialmente vulneráveis e, sobretudo, afrodescendentes.

Palavras-Chave: Responsabilidade social-ética. Inclusão étnico-racial. Afrodescendentes. Profissionais da Informação

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário da globalização que se potencializou com o advento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a internet mudou o mundo. São novas configurações que apontam para uma dupla realidade: estamos diante de uma revolução que trouxe benefícios jamais experimentados na história da humanidade, oferecendo oportunidades ao indivíduo para alterar seu modo de pensar, conhecer, agir, se relacionar com o outro e

¹ Artigo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

* Bibliotecária. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Ex-bolsista PIBIC/CNPq/UFPB. xanessa8@hotmail.com

** Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Orientadora do TCC. miriabu@gmail.com

exercitar a responsabilidade social e ética. Nas universidades públicas, conhecidas como espaços da crítica e contestação, ressuscitam-se constantemente atitudes preconceituosas, discriminatórias e racistas nas relações humanas, e legitimam-se a construção de imagens negativas sobre grupos socialmente vulneráveis, reforçando a produção das desigualdades étnico-raciais.

O Brasil detém a segunda maior população negra do mundo, tendo apenas Nigéria à sua frente. Apesar dessa posição que o país ocupa não é difícil perceber que o percentual de afrodescendentes incluídos (as) nos diversos setores da sociedade brasileira e, sobretudo, na educação superior, ainda é estatisticamente muito baixo, exigindo, pois, gestões mais pontuais do Estado Brasileiro, do Movimento Negro e da Sociedade Civil com vistas à formulação de políticas de inclusão étnico-racial mais contundentes que visem não exclusivamente a expansão da oferta de vagas, mas também as condições reais de acesso e permanência dessa população nos espaços de formação, já que a educação de uma população em uma democracia é determinante no processo de construção de sua cidadania e supõe enfrentar o problema da exclusão/inclusão por meio de uma política de ações afirmativas que torne mais equitativa a concorrência no vestibular e na seleção dos programas de pós-graduação das universidades públicas.

Diante das estatísticas de desigualdades sociais e raciais, é pouco significativo o número de universidades públicas que abraçaram as políticas de ações afirmativas com a implementação da política de cotas raciais como uma medida temporária para tornar equânime os desníveis existentes entre negros (as) e brancos (as) na educação superior. Na UFPB, a política de cotas destinada à inclusão de afrodescendentes caminha a passos lentos, pois a proposta de implementação encaminhada aos Centros de Ensino dessa instituição para fins de aprovação no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) foi duramente rejeitada pelos (as) docentes). Paralelamente, caminha o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) apresenta apenas em um parágrafo a intenção de criar e implantar, mediante a aprovação do CONSEPE e CONSUNI, um sistema de reserva de vagas para alunos egressos da escola pública, autodeclarados como negros e para os afrodescendentes com vigência a partir dos processos seletivos para ingresso de alunos em 2009, mas esse programa continua sem aprovação da Comunidade Universitária, fugindo, assim, da responsabilidade social e ética.

É importante reconhecer que a discussão do tema responsabilidade social-ética não é apenas assunto de interesse da agenda de políticos, empresários e intelectuais, ONG's, empresas, dentre outros. Esta preocupação não exime as universidades públicas e os grupos de pesquisa. Essa compreensão de que as universidades públicas devem ter responsabilidade social-ética com os grupos socialmente excluídos, invoca a nossa condição de mulheres negras nessa Instituição, onde igualmente às demais instituições de ensino superior não conseguem incluir plenamente um expressivo contingente de jovens na idade entre 18 e 24 anos que se encontra sem acesso ao ensino superior. Nessa instituição, hoje, o número de negros (as) é bastante reduzido, requerendo da comunidade universitária uma reflexão mais ampla, já que o tema está associado ao fenômeno específico da inclusão de grupos (negros (as), ciganos (as), indígenas, deficientes, homossexuais etc.) historicamente excluídos (as) das diversas esferas da atual sociedade. É uma exclusão que semelhantemente ao que ocorre em uma grande parte das Instituições de Ensino Superior (IES) resulta em desigualdades raciais decorrente da disparidade entre ricos e pobres e brancos (as) e negros (as), constituindo a marca registrada da sociedade brasileira. Trata-se de uma situação que

cada vez mais vem ganhando espaços nas discussões acadêmicas e nas pesquisas, suscitando uma ação mais efetiva do Estado Brasileiro, da Sociedade Civil, do Movimento Negro da Paraíba, de gestores (as), coordenadores (as) de cursos, pesquisadores (as), docentes e discentes.

A motivação para escolha do tema da pesquisa está relacionada também a nossa participação na pesquisa intitulada “Informação e diversidade cultural: a imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social/racial”², cujos resultados contribuíram para o entendimento da importância do desenvolvimento de pesquisas que conecte a responsabilidade social e ética às relações étnico-raciais nas universidades públicas onde, além da presença de outras questões complexas inerentes ao ensino superior, acirram-se cada vez mais a polêmica em torno da inclusão de afrodescendentes nas IES no momento em que docentes, pesquisadores (as), discentes que se auto-identificam como negros (as), e representantes do Movimento Negro da Paraíba³ retomam a discussão sobre a política de cotas raciais, conjuntamente com a Pró-Reitoria de Graduação da UFPB e defrontam com uma polêmica de uma grande parte da comunidade acadêmica que coloca barreiras, obstruindo a implementação das políticas de ações afirmativas nessa Instituição.

Essa situação contribuiu fortemente para aumentar o nosso interesse de pesquisa sobre o tema responsabilidade social e ética com foco nos profissionais da informação, escutando os (as) docentes e os (as) pesquisadores (as) dos cursos de graduação em Biblioteconomia e dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação Universidade Federal da Paraíba. A reflexão desenvolvida aqui parte do entendimento de que as novas dimensões da responsabilidade social e ética são impostas aos profissionais de diversas áreas do conhecimento, exigindo-lhes o desenvolvimento de suas competências, habilidades e atitudes e a dissociação dos paradigmas tradicionais que orientam os processos de produção, organização e disseminação da informação e norteiam algumas práticas nas bibliotecas, nos centros de documentação e nas salas de aula. Contrariamente, estamos apostando numa prática reflexiva que se refere a determinadas competências em que a ética “torna-se um dever prioritário, mais além de tudo o que anteriormente lhe era exigido [...] O novo imperativo clama por coerência: não a do ato consigo mesmo, mas a de seus efeitos finais para a continuidade da atividade humana no futuro” (HANS JONAS, 2006, p. 46).

Para entendermos a responsabilidade social-ética dos (as) profissionais da informação, focando a inclusão de afrodescendentes nas universidades públicas, é necessário fazer uma breve incursão a respeito das relações étnico-raciais que se deram no contexto sociocultural brasileiro, dos estigmas da escravidão e do modo de viver da população negra.

Neste texto, utilizamos a expressão negros (as) africanos (as) para nos referir aos negros (as) escravizados (as) e afrodescendentes para descendentes de africanos (as)

² Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa CNPq, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Mirian de Albuquerque Aquino do Departamento de Ciência da Informação e concluída em 2006.

³ União de diversas organizações negras: comunidades descendentes de antigos Quilombos, grupos artísticos grupos artísticos, grupos de formação (alfabetização, reflexão, professores, intelectuais negros e outros), grupos de arte marcial (Badauê dos Palmares, Afronagô e outros), entidades de articulação e luta em defesa dos direitos da etnia negra (Movimento da Ação Negra e Agentes de Pastoral Negros), grupos de gênero (Mulheres Negras, Mulheres Negras da Liberdade, etc.), comunidade de Religião dos Orixás (terreiros), dentre outras formas de organização

(homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos de diferentes etnias) trazidos (as) em péssimas condições para o Brasil, e destacamos que os (as) mestiços (as) resultaram da miscigenação entre negros (as) e brancos (as), negros (as) e índios (as). Entretanto, segundo Munanga e Gomes (2006, p. 18), o censo brasileiro classifica os (as) mestiços (as) como pardos (as), mas alguns são classificados “por decisão política ou ideológica, se consideram negros ou afrodescendentes”.

2 DO AFRICANO AO AFRODESCENDENTE: UMA HISTÓRIA DE LONGA DURAÇÃO

O tráfico negreiro é considerado como uma das maiores tragédias da história da humanidade, tendo apenas como similar o genocídio nazista. Em 1500, os colonizadores portugueses aportaram nas costas brasileiras e começaram a escravizar a população indígena para uso na plantação de pau-brasil. Por não obterem resultados satisfatórios com a mão-de-obra indígena, eles resolveram desenraizar os (as) africanos (as) de várias regiões da África, destruindo impérios e tribos, para obrigá-los (as) a navegar através das rotas oriental, transaariana e transatlântica, sob as ordens e negociações dos árabes e dos europeus com o firme propósito de submetê-los (as) aos trabalhos forçados na indústria açucareira, agricultura e pesca em crescente expansão. Entretanto, alguns estudiosos (as) comentam que a escravização não foi inventada a partir da deportação dos (as) africanos (as) para outros continentes, mas se trata de uma prática antiga, retratada nos textos bíblicos e nas escrituras sagradas, e aludida à servidão dos israelitas submetidos às ordens dos faraós no Egito Antigo. É importante ressaltar que os vestígios e ruínas das antigas civilizações egípcia, grega e romana, as quais são apreciadas em algumas de nossas viagens culturais, foram construídas em grande parte com o trabalho escravo. Há também opiniões que atribuem aos (ás) africanos (as) os primórdios do tráfico e da escravização. Entretanto, é preciso ter cuidado com certas versões que tentam justificar o regime escravocrata, quando afirmam que o sistema de escravidão já existia na África:

Essa questão é um assunto carregado de emocionalidade e afetividade. Os africanos não ficam á vontade quando se toca nesse assunto, porque se sentem acusados de terem sido co-responsáveis pelo tráfico de seus próprios povos; por terem, através de alguns de seus dirigentes tradicionais, participado do tráfico. Os brancos, de modo geral, querem se libertar de suas culpas e das lembranças das atrocidades cometidas no passado ao transferir essa responsabilidade aos reis e aos príncipes africanos implicados no tráfico e no comércio negreiro (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 24).

Outra versão sinaliza que os (as) africanos (as) escravizados (as) recebiam, passivamente, os maus-tratos praticados pelos (as) senhores (as) de engenho, feitores e capatazes. Essa crença interferiu negativamente no imaginário social brasileiro que cria e reproduz imagens dissociadas do contexto em que viveram os (as) nossos (as) antepassados (as) africanos (as) e ainda vivem os (as) afrodescendentes na contemporaneidade. Tal crença disseminada sobre a passividade do (a) africano (a) escravizado (a) influencia a imagem que algumas pessoas têm hoje da população negra, produzindo efeitos de sentidos negativos “na

construção da auto-estima e da identidade tanto de pessoas negras como das brancas” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 67). Estes autores afirmam que a aceitação de rótulos como indolência, preguiça e conformismo apenas reforçam os “equivocos históricos”. Dentre outras formas de manifestação de racismo, a disseminação de imagens negativas, as expressões pejorativas, as piadas racistas, a associação do (a) negro (a) à criminalidade, à violência, à pobreza e à sujeira ainda persistem na atual sociedade brasileira.

Os (as) africanos (as) escravizados (as) não foram indolentes. Inúmeras são as contribuições dadas por eles (as) aos setores econômico, demográfico e cultural. Na versão de Munanga e Gomes (2006, p. 20), os (as) negros (as) serviram como força de trabalho, fornecendo a mão-de-obra necessária às lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e à mineração. Nessas atividades, eram submetidos (as) a tratamentos desumanos e condições de vida precária, sem qualquer remuneração. Do mesmo modo, a cultura brasileira recebeu significativas contribuições dos (as) negros (as) africanos (as) para o enriquecimento do vocabulário da língua portuguesa do Brasil⁴, do campo da religiosidade popular (candomblé, umbanda, macumba), da arte visual (objetos de ferro, figas de madeira; instrumentos musicais), da dança (maculelê, bumba-meu-boi, capoeira, coco, jongo, congado), da música (samba), da arquitetura, dentre outras. Em suma, o trabalho gratuito dessa população corroborou na produção de riquezas que muito ajudou na construção do Brasil colonial e, sem abandonar a luta e capacidade de organização para sua própria libertação do cativeiro, eles (as) eram explorados (as): “malnutridos, trabalhavam até 16 horas por dia, sob o chicote dos feitores [...] do trauma irreversível da desculturação [...] da desestruturação dos laços familiares” (COMPARATO, 2009).

Há um desconhecimento de grande parte da sociedade brasileira, incluindo os (as) intelectuais, dos processos de luta e de organização dos (as) africanos (as) escravizados (as), durante o regime escravista. É muito comum ouvirmos as pessoas atribuírem, equivocadamente, aos (as) negros (as) um comportamento passivo e resignado na longa história de duração da escravidão ou demonstrarem certa ignorância no que se refere às revoltas escravas e movimentos de luta após a escravidão e as ações dos movimentos negros desde a década de 1970 até o presente em que se luta pelo acesso à educação. Esse apagamento “afasta o indivíduo da consciência coletiva de grupo e faz parte do mecanismo da ideologia branca para fragmentar a realidade, assim como para fazer com que os indivíduos aceitem facilmente viver a mentira de uma sociedade não-racista e na qual não importa a cor” (MACEDO; BARTOLOMEU, 2000, p. 102).

Na sociedade da informação e do conhecimento, ainda há ausência de informação ou presença de desinformação sobre a história e a cultura da ancestralidade africana. Dissemina-se uma visão negativa sobre o (a) negro (a). Na verdade, é uma história de negro (a) mal contada

[...] que recontam a real história do negro brasileiro destacando-o como sujeito ativo e não como vítima da escravidão e do passado escravista. Basta pensar quantas vezes ouvimos ou lemos sobre líderes negros que atuaram nos movimentos de luta durante e após a escravidão; quantas vezes participamos de debates com pesquisadores negros e brancos sobre a participação ativa de negros no Brasil, ou ainda, quantos documentários e programas informativos sobre esta temática são veiculados na televisão e outros meios de comunicação.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 67).

⁴ Em livro, intitulado *Falares Africanos na Bahia*, a pesquisadora Ieda Pessoa de Castro apresenta inúmeras palavras introduzidas pelos (as) africanos (as).

Não é estranho afirmar que ainda aceitamos a idéia de que não existe racismo no Brasil e que os diferentes grupos étnico-raciais existente em nosso país, nos quais está incluído o segmento negro, viveu uma situação mais branda de exploração e escravidão, quando comparados com a realidade de outros países⁵.

[...] essas conseqüências permanecem bem marcadas até hoje em nossos costumes, nossa mentalidade social e nas relações econômicas. Atualmente, negros e pardos representam mais de 70% dos 10% mais pobres de nossa população. No mercado de trabalho, com a mesma qualificação e escolaridade, eles recebem em média quase a metade do salário pago aos brancos, e as mulheres negras, até metade da remuneração dos trabalhadores negros. Em nossas cidades, mais de dois terços dos jovens assassinados entre 15 e 18 anos são negros (COMPARATO, 2009).

A crítica permanente de estudiosos (as) das relações étnico-raciais incide no desconhecimento de que as desigualdades raciais - além de acarretarem conseqüências percebidas não só por meio de certos conceitos atribuídos à população negra, oriundos das teorias biológicas, segundo as quais a idéia de raça se refere a um grupo que é socialmente definido a partir de critérios físicos - produzem imagens negativas que associam afrodescendentes à violência. São situações que afetam diretamente a população negra, impedindo seu ingresso e participação efetiva nos diversos setores da sociedade (saúde, mercado de trabalho, habitação, educação, informação), reduzindo as possibilidades de elevação da auto-estima e conquista da cidadania.

3 O ÉTNICO-RACIAL, POLÍTICAS DE INCLUSÃO DESIGUAIS

Diversos aspectos das desigualdades sociorraciais tornaram-se importantes na formulação de políticas públicas na sociedade brasileira, aparecendo tais políticas “entre os temas prioritários do discurso político contemporâneo como instrumento de constituição da cidadania plena e de consolidação da democracia em bases justas”, (PEIXOTO, 2004, p. 11), mas as políticas de inclusão de afrodescendentes mostram sua ineficácia na redução das desigualdades raciais. É claro que o quadro de exclusão em que o (a) negro (a) se encontra na contemporaneidade não é tão diferente da situação de abandono pela qual passaram os (as) escravos (as) que não cruzaram os braços, mas exercitaram a sua capacidade de luta e organização por melhores condições de vida.

Em termos de acesso à educação e, notadamente, ao nível superior de ensino, os (as) afrodescendentes são postos (as) em uma situação de inclusão social adversa, que coaduna

⁵ As pessoas costumam referir-se à situação racial no Brasil ao apartheid na África do Sul, conhecido com a forma mais cruel de dominação social que o mundo já conheceu. Trata-se de uma prática de racismo que dominou o continente africano, sendo comparado ao holocausto. Este sistema foi condenado pela ONU, Anistia Internacional. No Brasil, foram mais de três séculos de escravidão que ainda persiste por meio de diversas formas de manifestação (educação, informação, saúde, habitação, comunicação etc.), revivendo o apartheid quando separa brancos (as) e negros (as) quanto ao acesso à educação de qualidade, quando empurra os (as) negros (as) para os guetos, as favelas, quando as condições de saúde oferecida pelos serviços públicos são precárias.

com a idéia de que o acesso da população negra à educação formal tem sido alvo de dificuldades históricas. É conhecido que “uma lei do Império, datada de maio de 1837, rezava que os (as) docentes somente poderiam aceitar pessoas livres em sala de aula. Tal discriminação relegou ao analfabetismo a esmagadora maioria da população escravizada” (UFPB, 2007, p. 1). E mais: dados estatísticos apresentados pelo primeiro censo realizado, em 1872, apontam que, na província da Parahyba do Norte, atual estado da Paraíba, de “um total de 21.534 escravizados, somente 61 (0,3%) eram alfabetizados. Essa situação reflete os dias atuais em que se constata uma taxa de analfabetismo diferenciada entre negros e brancos brasileiros” (UFPB, 2007, p. 9).

Uma leitura crítica desses dados aponta que os (as) afrodescendentes nem sempre aparecem numa posição significativa na educação brasileira, havendo dificuldades para sua inclusão nas universidades públicas. Quando eles (as) conseguem romper as barreiras de inclusão são lhes reservado o ingresso em áreas de conhecimento de menor projeção social ou em cursos pouco valorizados. Essa educação desqualificada e desigual tende a reduzir a oportunidade dos (as) afrodescendentes concorrerem a uma vaga nos vestibulares que, por sua vez, cobram conhecimentos adquiridos no Ensino Básico, os quais são “desconhecidos” pela população negra por terem uma formação inadequada desde os primeiros anos escolares e menos compatível com as exigências atuais da educação.

O Documento da proposta de implementação das políticas de cotas raciais da UFPB ressalta que o número de jovens que consegue concluir o ensino médio também é fortemente influenciado pela origem racial. Além disso, o percentual de jovens brancos, na faixa etária que varia entre 18 a 23 anos que ainda não conseguiram concluir o ensino médio, é de 63%. Esse valor aumenta para 84% para os jovens negros na mesma faixa etária (UFPB, 2007). O mesmo Documento registra: “quanto ao acesso ao ensino superior, no ano de 1999, 89% dos jovens brancos, entre 18 e 25 anos, não haviam ingressado na universidade, percentual que sobe para 98% entre os jovens negros da mesma faixa etária” (UFPB, 2007, p. 10). Conjuntamente com essa problemática, a população afrodescendente confronta com a alta concorrência de vagas, fazendo com que poucos alcancem a educação superior, pública e gratuita, ou até a educação superior privada⁶, mesmo que a concorrência nesta seja bem menor.

Convém ressaltar que a pesquisa realizada pela FASE (Federação para Assistência Social e Educacional de São Paulo) revela que a possibilidade de um (uma) negro (a) ingressar na universidade é de 18%, enquanto esta possibilidade para os (as) brancos (as) é de 43%. Essa dificuldade de acesso é comentada por Guimarães et al (2008) ao mostrar que a classe sócio-econômica interfere no desempenho dos membros de todos os grupos de cor, pois quanto maior a classe sócio-econômica do (a) candidato (a), melhor o seu desempenho, maiores as chances de acesso. O autor admite que a influência da classe também se manifesta através de três outras variáveis disponíveis: a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos: aqueles (as) que não precisam trabalhar têm um desempenho melhor no vestibular; o turno em que cursou a escola secundária: aqueles (as) que estudaram no período diurno têm mais sucesso e; terceiro, a natureza do estabelecimento de 1º e 2º graus

⁶ “Entre os anos 1960 e 2002, o número de matrículas na rede privada aumentou 59 vezes, enquanto, na rede pública, este aumento foi da ordem de apenas 20 vezes. O resultado deste processo é que, em 1960, o setor privado respondia por 44% das matrículas no ensino superior; em 2002, essa participação passou para 70%, tornando o Brasil um dos países com um dos maiores níveis de privatização nesse nível de ensino” (UFPB, 2007).

em que se estudou: aqueles (as) que cursaram escolas públicas estaduais e municipais têm menos possibilidade de sucesso.

Uma grande parte da população brasileira tem sido excluída de seus direitos fundamentais. A propósito, a discriminação racial perpassa o mercado de trabalho posto que os rendimentos destinados aos afrodescendentes, quando comparados com aqueles recebidos pela população, que se autodeclara branca, são bem mais inferiores, sem contar que as funções que afrodescendentes ocupam nos setores de trabalho estão associadas a ocupações de status social desprivilegiado. Frequentemente, a mão-de-obra negra é direcionada para trabalhos domésticos e atividades pesadas em que a cor é fator determinante, sobrepondo-se à competência dessa população. Com isso, põe “em cheque a ótica democrática representativa expressa no texto constitucional, que é de caráter distributivo e fomentador de oportunidades de equidade social” (CUNHA JÚNIOR, 2006, p. 17).

Os (as) afrodescendentes quase sempre são classificados (as) com base nos “padrões dominantes” e colocados (as) em um baixo patamar de inferioridade, ressuscitando, com isso, as condições perversas em que ancestrais viviam à época da escravidão, onde eram tratados (as) como “animais” e considerados (as) seres incapacitados (as) para exercerem qualquer função a não ser a de escravo (as). De certa forma, essas condições são prevaletentes, atingindo os (as) afrodescendentes (pretos (as), mulatos (as) e pardos (as)) no contexto da sociedade da informação e do conhecimento onde as mutações socioculturais, nunca experimentadas pela humanidade nesses últimos séculos, apontam a necessidade de estabelecermos novas formas de relações com os indivíduos nos diferentes espaços de comunicação, educação, informação, habitação e trabalho.

4 METODOLOGIA

A construção de um trabalho científico exige o uso de um método norteador da trajetória da investigação, conectado ao “conjunto de técnicas e instrumentos que ajudará o (a) pesquisador (a) encontrar as respostas às suas inquietações e questionamentos que envolvem a problemática. O olhar do (a) pesquisador (a) sobre o fenômeno é determinado pela concepção epistemológica (forma de conhecer) acerca da relação entre o sujeito e o objeto. Portanto, não é o (a) pesquisador (a) que escolhe o método, mas o fenômeno. Essa forma de pensar o método não se adere à concepção positivista segundo a qual “a realidade é constituída por fatos puros que se refletem como se sempre estivessem ali e o (a) pesquisador (a) apenas recolhe e descreve o objeto. Esse modo de conhecer “seguramente não encontrará sua coerência metodológica na investigação qualitativa” (GODOI; BALSDINI, 2006, p. 92). . Também utilizamos a abordagem quantitativa para ilustrar e complementar os resultados da pesquisa de (MARTELETE; TOMAÉL, 2005).

A UFPB serviu-nos como campo de pesquisa não exclusivamente por estarmos inseridas nela, mas por essa instituição constitui-se como um local onde o ensino, a extensão e a pesquisa são peças-chave para a transformação e a orientação dos indivíduos no sentido de aprender a viver com o outro, respeitando as suas diferenças e provendo brechas para discentes, docentes e pesquisadores (as) se apropriarem de princípios éticos e democráticos para integração de diferentes grupos, tendo em vista o desenvolvimento técnico-científico, tecnológico e cultural, a inovação e a diversidade cultural.

A seleção dos sujeitos-participantes da pesquisa constou de 20 docentes do Departamento de Ciência da Informação (DCI) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFPB, dentre os quais apenas 10 demonstraram interesse em responder ao questionário. Essa seleção justificou-se pelas razões seguintes: a) os sujeitos-participantes estavam disponíveis no mesmo espaço familiar à pesquisa e ofereciam elementos para uma maior compreensão do poder de articulação desses (as) profissionais no que se refere à responsabilidade social e ética na disseminação da informação em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; b) os sujeitos-participantes estavam diretamente ligados aos receptores (as) da informação nas bibliotecas e nos centros de informação; c) os sujeitos-participantes constituíam uma referência para o Curso de Ciência da Informação/Biblioteconomia da UFPB e as demais áreas de conhecimento; os sujeitos-participantes são disseminadores (as) de informações que contribuem para a construção de discursos e imagens positivas a favor de afrodescendentes com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária e d); os sujeitos-participantes poderiam exercer a responsabilidade social para agir eticamente em seu campo de atuação, contribuindo para a eliminação do racismo na sociedade da informação e conhecimento.

A razão teórica da seleção tem a ver com a nossa compreensão de que os (as) docentes-bibliotecários (as) – são profissionais que pensam-conhecem-agem sobre a informação no ritmo das alterações referentes às suas especialidades (AQUINO, 2006) estando intelectualmente habilitados (as) para disseminar a informação social e crítica aos grupos socialmente vulneráveis. Em sua prática de (in) formação, os (as) profissionais da informação- docentes - enquanto sujeitos produtores (as) de conhecimento, eles (as) desempenham o papel de intelectuais, operam em condições especiais de trabalho e exercem uma função social e política (GIROUX, 1997), ou seja, aquela condição de assumir uma atitude cotidiana que implica a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade social e ética coletiva.

A entrevista semi-estruturada serviu como instrumento de coleta de dados, permitindo aos sujeitos-participantes da pesquisa responderem as perguntas dentro da sua própria estrutura de referência, abordando livremente o tema proposto (MINAYO, 1994), expressando seus pontos de vista sobre os temas apresentados, e alongando suas respostas de acordo com seu entendimento da questão apresentada. Essa opção foi fundamental para obtermos os (enunciados) dos sujeitos, e compreendermos, de forma direta, os comentários ou opiniões acerca do objeto que pretendíamos conhecer, ou seja, o discurso. A entrevista permitiu uma relação entre pesquisador (a) e sujeitos, o que facilitou um maior esclarecimento de pontos nebulosos, (MOROZ; GIANFALDONI, 2002), tornando esse contexto relevante para obtenção dos resultados finais da pesquisa.

Essa entrevista constou de duas partes. A primeira teve como finalidade desenhar o perfil dos sujeitos-participantes (grau de escolaridade, área de atuação e tempo de atuação) e a segunda a proposição de oito questões abertas, especificando as categorias de análise. O período de aplicação das entrevistas ocorreu entre os dias 17/01 a 16/a2/2008, cujos encontros para a realização foram marcados de acordo com a disponibilidade de cada docente, evitando-se atrapalhar seus horários de aula. Os dados coletados foram transcritos e digitalizados em um período de duas semanas. A representatividade da mostra (10 sujeitos) não enviesou a pesquisa porque as abordagens discursivas não consideram a horizontalidade dos dados, mas a análise em profundidade (ORLANDI, 1989).

5 O QUE PENSAM OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL?

Para uma melhor compreensão e visualização dos resultados, organizamos o material de análise em um formato de seqüência de textos representada em quadros demonstrativos e gráficos. Essa opção teve a finalidade de identificarmos nos enunciados dos (as) sujeitos-participantes da pesquisa os aspectos mais relevantes dos discursos. Em consonância com os objetivos, o problema e as questões de pesquisa, a análise considerou o referencial teórico, as reflexões e as discussões e intuições das pesquisadoras. Assim sendo, os (as) participantes da pesquisa, incluindo aqueles (as) com formação em Educação, Biblioteconomia, Administração, Computação, Arqueologia etc, por estarem vinculados ao Departamento de Ciência da Informação, serão especificados para fins de análise ora como profissionais da informação ora como docentes, posto que, independente da área de conhecimento, todos (as) docentes do DCI tomam como objeto de estudo a informação e suas relações sociais e interdisciplinares. Assim sendo, iniciaremos a análise considerando nove categorias de analisadas a seguir.

- Categoria 1 – Gênero

Ao analisarmos a Categoria 1, constatamos que predominância de mulheres continua sendo visível na área de Biblioteconomia, consistindo em uma regularidade histórica que revela ser estes cursos mais procurados pelo público feminino. É importante ressaltar que durante o período de realização desta pesquisa o Departamento de Ciência da Informação da Paraíba contava apenas com quatro homens para um total de dezesseis mulheres. Essa predominância talvez possa estar relacionada com “a construção social, resultado de interpretações, de representações, que têm, como fundo, relações de poder [...] uma “maneira androcêntrica de fazer das mulheres seres menores” (COLLING, 2004, p. 14) e reafirmar a idéia , em desuso, de que os cursos de menos prestígio socialmente devem acolher as mulheres.

É possível também considerar que a área de Biblioteconomia praticou por muito tempo o “cuidar dos livros” e o “cuidar da informação” e estas expressões estão vinculadas ao “cuidar” materno. Ao examinar o termo “cuidar”, Leonardo Boff (1999) afirma que cuidar é mais que um ato; é uma atitude e abrange mais que um momento de atenção, zelo e de desvelo. Esse cuidado com os livros tem uma forte referência na Idade Média. Em O Nome da Rosa, Umberto Eco mostra as práticas mais comuns nas bibliotecas dos mosteiros, onde o apagamento das obras antigas escritas em pergaminhos era feito com a intenção de escrever ou copiar novos textos, fazendo parte de uma historicidade que não mais se sustenta a partir da explosão da informação, mas não se refere a presença feminina.

A relação das profissionais da informação com os livros representa hoje uma atitude de preocupação e de responsabilidade social e ética, um novo modo de conhecer, fazer, ser e conviver. É uma maneira de dar-se a conhecer (BOFF, 1999) por meio da disseminação da informação. Entretanto, já percebemos que as alterações curriculares, o surgimento das TIC e as atuais exigências do mundo do trabalho têm despertado mais interesse dos homens pelos cursos de Ciência da Informação/Biblioteconomia na contemporaneidade. Entretanto, não devemos desconhecer que “sempre existiu bibliotecários, mesmo antes de criarem instituições superiores de ensino na área, utilizou esse termo para designar os responsáveis

pela biblioteca em geral, homens que não se contentavam em ler os livros, mas que colecionavam, ordenavam, catalogavam e cuidavam deles” (REIS; CARVALHO, 2008). Estas autoras com base no pensamento de Ortega y Gasset (2006, p. 67) sublinham Padre Vieira, Paul Otlet, Ortega y Gasset, Calímaco, Jorge Luis Borges etc como bibliotecários cuja missão estava voltada para manter viva “o estímulo para pensar, assimilar, fazer com que o conteúdo do livro seja verdadeiramente apropriado pelo usuário”.

- Categoria 2 – Escolaridade

A análise revelou que os (as) profissionais da informação demonstram um contínuo interesse pela sua requalificação e/ou atualização, a qual tem sido exigida pelo mundo de trabalho que requer novas competências, habilidades e atitudes diferenciadas, e apostam na qualidade de conteúdos informacionais para desempenho efetivo de suas atividades laborais, ou seja, buscam informações “acessíveis em bibliotecas independentes do suporte” (BLATT-MANN, 2005, p. 9). Essa busca também tem a ver com a importância de o (a) profissional da informação se aperfeiçoar na área e inserir-se no processo de globalização, acesso e uso das TICs e da internet.

- Categoria 3 - Informações mais utilizadas em suas atividades profissionais

Esta Categoria 3 teve como objetivo identificar se esses profissionais da informação fazem discussão acerca das relações étnico-raciais em suas práticas informacionais. No discurso de uma grande parte desses (dessas) profissionais parece predominar mais os assuntos relativos às disciplinas ministradas em salas de aula (Gráfico 1), não demonstrando qualquer abertura para trabalharem a diversidade cultural e, conseqüentemente, a inclusão étnico-racial. As informações utilizadas por eles (as) parecem estarem mais centradas em suas áreas de atuação específicas, como podemos observar nos discursos de P1, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P10 (Quadro 1). Sobre essa mesma questão, apenas P2 e P9 responderam que utilizam informações da área e de outras fontes informacionais como uma forma de estarem sempre atualizados (as) com as informações cotidianas (fontes em revistas, internet e pelos próprios colegas da área). Entretanto, não se referem à temática étnico-racial.

A nosso ver, priorizar no ensino da informação apenas conteúdos ofertados pela área não nos parece suficiente para uma reflexão mais ampla acerca da problemática das desigualdades raciais existentes em nosso país, as quais têm desencadeado inúmeras situações de conflitos prevaletentes entre grupos na sociedade brasileira. Nesse sentido, os (as) docentes da área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, como agentes facilitadores (as) da disseminação da informação, deveriam estar mais antenados (as) para assumir a sua responsabilidade social e ética na eliminação da discriminação racial, contribuindo para construção de uma sociedade mais informada, mais justa e humana. O Gráfico 1 e o Quadro 1 ilustram o percentual de informações mais utilizadas pelos (as) profissionais da informação.

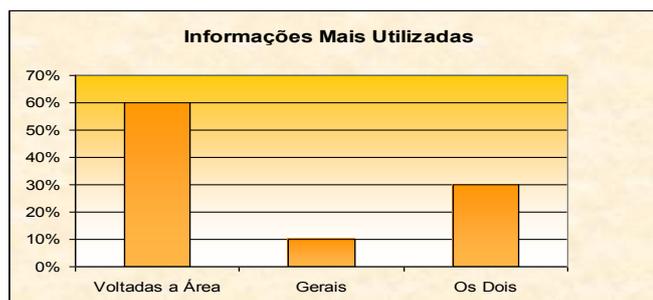


Gráfico 1- Informações mais utilizadas nas atividades profissionais.
Fonte: Pesquisa direta, 2008.

O Quadro 1 apresenta as preferências dos (as) profissionais da informação investigados quanto às informações utilizadas em suas atividades profissionais. Surgem temas referentes à disciplina Disseminação da Informação, bem como informações extraídas de periódicos atualizados, informações adquiridas por meio da interação com os pares, informações recolhidas de livros, informações administrativas relativas à gestão da informação, informações que dizem respeito ao mundo do trabalho. É interessante observar que apenas P8 amplia seu leque de informações utilizadas: “[...] periódicos, artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, comunicação de eventos, a internet, os alunos e os colegas [...]”, mas nenhum deles (as) se refere às informações que abordam as questões sociais, econômicas e culturais e, menos ainda, a problemática das desigualdades raciais.

P1	“Abordo temas voltados à disciplina Disseminação da Informação I. [...].”
P2	“[...] publicações né, os periódicos que saíram mais recentemente [...] os alertas das próprias revistas [...] e também os colegas da área.”
P3	“[...] as fontes de informação são os periódicos, em segundo lugar os livros [...] e canais seria é::: a Internet”.
P4	“[...] tudo é::: relacionado a administração de bibliotecas, desenvolvimento de coleções, na parte de aquisição que a gente trabalha muito também...”
P5	“[...] informações da área de administração, informações administrativas.”
P6	“[...] são informações ligadas ao desempenho profissional [...] mercado de trabalho...”
P7	“Bom, a gente usa uma rede de informações né. [...] e a partir daí é que vão as fontes primárias, secundárias e terciárias [...].”
P8	“[...] periódicos, artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, comunicação de eventos, a internet, os alunos e os colegas [...]”
P9	“[...] informação de uma maneira geral, [...] é::: o auxílio da Internet né, e faço também as leituras voltadas pra minha área.”
P10	“Olha minhas fontes geralmente é::: eu gosto muito de periódico, gosto de livros também. [...]”

Quadro 1 – Respostas de docentes do Curso de Biblioteconomia sobre as informações mais utilizadas nas atividades profissionais.

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

- Categoria 4 - Responsabilidade Social e Ética do (a) Profissional da Informação

Esta categoria refere-se basicamente ao profissional-bibliotecário de formação. Ela expressa que a principal função do (a) profissional da informação não é simplesmente a de organizador (a) da informação (P1). Ao nos remeter às competências hoje atribuídas a ele (a), P1 parece atentar para questão de que priorizamos apenas a organização como função do (a) do (a) profissional é desconhecer que o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) provocou alterações substanciais na forma de desenvolver as atividades

relacionadas ao campo da informação, abrindo mais espaços para múltiplas atuações profissionais.

Levando em consideração a atuação do (a) profissional-bibliotecário (a), Rubi, Euclides, Santos apud Silva (2004, p. 85) afirmam que: “cada tecnologia afeta de maneira diferente o funcionamento do sistema bibliotecário e/ou o modo como os usuários a ele reagem e se adaptam [...] Deve ser compreendida como fator de mudanças para as bibliotecas, provocando novos estímulos e necessidades e alterando paradigmas [...]”.

A atuação do (a) profissional – bibliotecário (a) merece atenção frente as mudanças ocorridas com as inovações tecnológicas, permitindo-o (a) exercitar suas habilidades no campo de atuação. Porém, não cabe a esse (a) profissional apenas o manejo das tecnologias, mas também assumir novas atitudes diante das mutações culturais vigentes. Assim sendo, (o) profissional-bibliotecário (a) que “pensa-conhece-age sobre a informação”, como sugere Aquino (2006), tem um campo de atuação bem complexo: fazer planejamento, implantação, organização e identificação dos serviços de informação, além de catalogar, guardar e orientar a busca e seleção de livros, revistas, documentos, fotos, filmes e vídeos. Essas atividades também podem estar orientadas para a temática da inclusão étnico-racial.

Para P2 concorda que a responsabilidade social e ética do (a) profissional da informação não é apenas a de organizar a informação, mas, principalmente, a de ser um (uma) disseminador (a) da informação, colocando-se como um (uma) mediador (a) entre a informação e o (a) receptor (a) da informação, interagindo com a sociedade, conquistando seu reconhecimento como um profissional colaborativo e assumindo uma responsabilidade social e ética mais relevante.

O ponto de vista de P2 recebe a colaboração de P3, tornando evidente a importância do (a) profissional da informação compreender que ao exercer a sua função social agrega valores não apenas nos ambientes das bibliotecas, mas tem possibilidade de agir em vários âmbitos da atual sociedade da informação e do conhecimento, oferecendo uma informação de qualidade, “para que haja, de fato, uma democratização social, em que o direito a participação do cidadão nos acontecimentos e ambientes sociais e públicos seja intensa e verdadeira” (BARROS, 2005, p. 70). P3 percebe que a inclusão étnico-racial é um projeto que deve atravessar toda a sociedade brasileira, a começar pela universidade onde os (as) docentes são considerados (as) intelectuais que pensam, conhecem e agem sobre a informação para produzir conhecimento (AQUINO, 2006). Essa visão de P3 conduziu-nos ao posicionamento de Reis (2004, p. 43) quando coloca que “a universidade é um espaço que pode praticar a inclusão social [...]. A universidade é o laboratório onde é possível construir experiência de convívio social mais unificada”. Do mesmo modo, os cursos de graduação em Ciência da Informação/Biblioteconomia podem se transformar em laboratórios de inclusão, disseminando a informação com responsabilidade social e ética para todos os grupos étnico-raciais, com vistas á sua cidadania

Ao nos reportamos ao exercício da cidadania, atribuímos ao (a) profissional da informação a adequada função social inerente à sua prática. Nesse sentido, P4 e P10 parecem compreender a importância dessa responsabilidade social e ética referente nas atividades comunicacionais, informacionais, educacionais, gerenciais, políticas e culturais. Na opinião de P5 e P8 o (a) profissional deve agir como mediador (a), que é também uma das habilidades do (a) bibliotecário. Sobre essa questão, Lima (2005) diz que o (a) bibliotecário (a) é disseminador (a) da informação, transmissor (a) de conhecimento, mediador (a) da

informação e conhecedor (a) das tecnologias de informação. Vejamos o Gráfico 2 e o Quadro 2.



Gráfico 2 - Responsabilidade social e ética do profissional da informação na sociedade atual
Fonte: Pesquisa direta, 2008.

Os enunciados apresentados no Quadro 2 reforçam a idéia de que o (a) profissional da informação é responsável pela organização, mediação, facilitação e disseminação da informação (P1 e P2), demonstrando a sua responsabilidade social e ética, a qual para P3 deveria ser “mais relevante”. Este ponto de vista é revigorado por P7, quando afirma que “o profissional que fica a parte desse processo de inclusão (eu acho que ele não ta agindo com seu compromisso de profissional [...]), dando a entender que o (a) profissional da informação precisa agir em comunidades onde uma grande parte da população não tem acesso à informação.

P1	“Bom..., a primeira vista ele é um organizador. [...]”
P2	“[...] não é só apenas de organizar, mas de principalmente disseminar. [...]”
P3	“deveria ser um responsabilidade social e ética mais relevante [...]”
P4	“[...] trabalhando em biblioteca, a gente tem um trabalho de apoio acadêmico. [...]. Tem uma função social obscura por trás de alguma coisa [...]”
P5	“[...] mediador de acesso as informações para geração de conhecimento [...]”
P6	“[...] é::: (+) facilitar o acesso à informação [...]”
P7	“Olha, hoje eu acho que (+), independente de qualquer coisa [...] o profissional que fica a parte desse processo de inclusão eu acho que ele não ta agindo com seu compromisso de profissional [...] tem que se legitimar enquanto profissional, numa área como o nordeste carente de principalmente de informação [...]”
P8	“[...] ele é um mediador [...] Ele pode então possibilitar, criar caminhos para que os usuários conheçam suas necessidades de informação [...]. ele é um filtro da informação e a necessidade da informação são os usuários.”
P9	“[...] Hoje a gente ver o bibliotecário, cientista da informação, muito mais como um disseminador, um divulgador da informação, um facilitador é::: da informação né, [...]”
P10	“[...] existe sim o cunho social né, [...] Então existe essa preocupação, trabalhar mais no incentivo a leitura.”

Quadro 2 – Respostas de docentes do Curso de Biblioteconomia sobre a responsabilidade social e ética do profissional da informação

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

- Categoria 5 - Interesse dos (as) docentes pela temática étnico-racial

Ao visualizarmos o Quadro 3, observamos que o discurso dos (as) profissionais da informação – docentes, pesquisadores (as) sobre a educação das relações raciais como uma obrigatoriedade prevista pela Lei 10.639/2003 ainda é desconhecido. Ao que nos parece

essa preocupação ainda não é prioridade para uma grande parte desses profissionais. Os discursos revelam um desconhecimento de que os (as) negros (as) africanos (as) e os (as) afrodescendentes “buscam a educação como fator de integração socioeconômica e competição com os brancos, logo após a abolição da escravatura, foi uma passo correto; porém insuficiente para a sua ascensão social” (SANTOS, 2005, p. 22).

Na análise dessa temática, apenas P8 demonstrou um certo conhecimento da questão, mas o fez relacionando ao que vem observando na literatura. Vejamos o enunciado: “[...] lamentavelmente a gente não percebe essa grande inserção, [...] mas são poucas as práticas que a gente consegue visualizar na literatura destacando essa participação desse profissional”. É provável que P8 ainda não tenha encontrado espaço para tomar consciência de sua responsabilidade social e ética perante as desigualdades raciais e oferecer informações e conhecimentos estratégicos que possam contribuir para eliminar “a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro” (SANTOS, 2005, p. 21). Observem as respostas dos (as) docentes no Gráfico 3 e Quadro 3.



Gráfico 3 - Interesse pelas questões étnico-raciais.

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

P 1	“[...] não.... não só as questões étnico-raciais, mas as questões que abordam o diferencial, coisas mais diferentes da biblioteconomia o profissional deixa a desejar. [...]”
P 2	“[...] interessa enquanto pessoa [...] mas existem uma isenção do sujeito. [...]”
P 3	“[...] eu acho que tem muito pouco, (+) poucos, poucos trabalhos dessa área, dessa temática.”
P 4	“(+) Não. Não percebi isso (+) ainda não.”
P 5	Não.
P 6	“[...] não acredito que isso seja uma prática comum entre os profissionais.”
P 7	“[...] lamentavelmente a gente não percebe essa grande inserção, [...] mas são poucas as práticas que a gente consegue visualizar na literatura destacando essa participação desse profissional.”
P 8	“[...] essa temática não aparece no amplo [...]. isso ainda não emergiu. Esse tema tem que ser discutido.”
P 9	“Olha (+) não sei lhe dizer. Eu não trabalho essa parte, eu não sei lhe informar”.
P 10	“[...] eu não sei, sabe. Eu sei que existe a questão do racismo né, do preconceito racial, mas eu sou uma pessoa que eu é:: (+) eu não tenho isso, eu acho que vai muito do íntimo de cada um [...]”

Quadro 3 – Respostas de docentes a respeito do interesse pelas questões étnico-raciais

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

- Categoria 6 - Situação dos (as) Afrodescendentes na UFPB

Ao inserirmos essa questão na interação com os sujeitos da pesquisa, constatamos que apenas 20% dos (as) docentes entrevistados percebem a exclusão de negros (as) na Universidade Submetendo essa questão à análise, percebemos que a situação dos (as) negros (as) ainda não faz parte dos interesses dos (as) docentes da Ciência da

Informação/Biblioteconomia ou pelo menos ainda não é foco de atenção desses (as) profissionais. Essa lacuna no ensino da informação corrobora para aumentar o problema da exclusão de afrodescendentes nas universidades públicas.

Na UFPB, o alheamento é apenas um problema que acentua as diferentes formas de preconceitos existentes na academia. Examinando essa questão à luz das reflexões de Carvalho (2004, p. 17) concordamos que “as universidades federais, independentes da região do país em que instalaram, jamais colocaram em questão a exclusão racial por elas mesmas reproduzidas.” Este autor postula que a classe universitária brasileira ainda não parou para pensar a sua condição branca excludente, sem contar que os (as) negros (as) estão praticamente ausentes dos cargos de alto prestígio na sociedade, reservando a estes (as) os cursos considerados de baixo prestígio. Assim sendo, a universidade passa a ser um espaço de exclusão, tendo uma responsabilidade direta na reprodução do imobilismo diante do racismo universitário em que alguns discursos que negam o racismo reproduz a ideologia “do mito da democracia racial” que insiste em afirmar que brancos (as) e negros (as) vivem harmoniosamente.

Em documento “Programa de ações afirmativas: uma proposta para a UFPB/2007, a UFPB mostra a realidade da desigualdade racial brasileira e, ao mesmo tempo, essa Instituição se compromete a realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão visando o processo científico, tecnológico, cultural e socioeconômico, em níveis local, regional e nacional, na perspectiva da integração com a sociedade e o ensino da cidadania (UFPB, 2007), mas essa proposta ainda não ganhou força na comunidade acadêmica, exigindo, pois, mais discussões. Vejamos os discursos dos (as) docentes no Gráfico 4 e Quadro 4 a seguir.

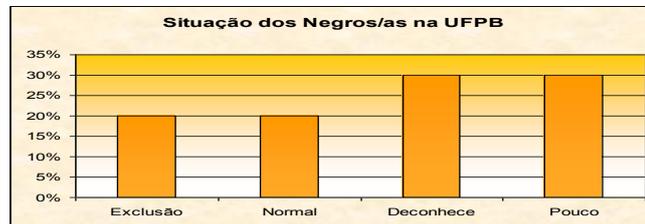


Gráfico 4 - Situação de negros (as) na UFPB

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

P1	“[...] eu vejo que a exclusão ainda é grande [...]”
P2	“Olha, de um modo geral a gente vê que existe uma exclusão muito grande. [...]”
P3	“[...] visualmente o que eu percebo, o que eu poderia perceber é que eu (+) eu acho normal a situação. [...]”
P4	“Talvez eu não dê muita ênfase a isso [...]”
P5	“eu vejo uma situação normal, igual a mesma situação dos brancos. Não vejo discriminação nenhuma.”
P6	“[...] hoje a gente já vê dentro da academia alguns movimentos né. [...] São grupos minoritários que vão ocupando um espaço dentro da universidade.”
P7	“[...] a gente vê cada vez mais. [...]”
P8	“[...] Antes da política de cotas, nós tínhamos uma discussão né sobre a questão muito tímida, muito reduzida, poucos alunos né desse grupo étnico presente [...] Com a política ganha espaço na imprensa, essa política começa a ser efetivada e trás a discussão pra sala de aula. Na Biblioteconomia, eu não posso falar que houve um aumento na presença, mas eu acho que houve um aumento de discussão [...]”
P9	“não sei te responder isso aí [...]”
P10	“[...] aqui no estado da Paraíba não existe negro. Eu não acho que exista, [...] A questão não é cor escura e nem cor clara, o negócio é que correr atrás.”

Quadro 4 – Respostas de docentes sobre a percepção da inclusão étnico-racial na UFPB.

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

- Categoria 7 - Percepção da Inclusão Étnico-Racial

Dos docentes entrevistados, 30% consideram que a inclusão é necessária para que tenha cada vez mais negros (as) inseridos (as) nas universidades públicas e 40% concordam que as diferentes formas de inclusão são importantes no campo educacional, mas entendem que ainda ocorre a predominância de discentes não negros (as) nas universidades públicas. Nessa questão, os (as) docentes concordam que a inclusão étnico-racial é algo importante nas diversas esferas da sociedade, inclusive na Universidade. Alguns admitem que a participação de negros (as) no mercado de trabalho, nas escolas, na mídia e na Universidade ainda é restrita, reconhecendo que tem como consequência a negação da raça e a desqualificação dessa população diante de situações as quais são forçados a enfrentar.

No sistema educacional brasileiro, a exclusão racial no Ensino Superior ainda é forte e latente. Diante dessa problemática, as políticas de inclusão ou ações afirmativas, tentam amenizar a ausência de discentes negros (as) nas Universidades. A proposta de ações afirmativas da UFPB mostra que no Brasil, “o acesso da população negra à educação formal tem sido alvo de dificuldades históricas [...], quanto ao acesso ao ensino superior, no ano de 1999, 89% dos jovens brancos, entre 18 e 25 anos, não haviam ingressado na universidade, percentual que sobe para 98% entre os jovens negros da mesma faixa etária.” (UFPB, 2007).

Diante dos problemas emergentes enfrentados pela população negra, houve a necessidade de se desenvolver programas de ações afirmativas e a criação de políticas de cotas, instituídos pelo governo Federal, objetivando reduzir uma imensa dívida da sociedade para com os negros (as), basta porém que essa iniciativa seja levada a sério levando em consideração a responsabilidade social e ética que cada cidadão deve desempenhar em seu grupo social. Vejamos o Gráfico 5 e o Quadro 5

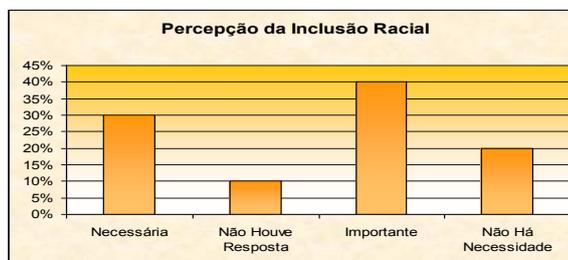


Gráfico 5 - Percepção de docentes da inclusão étnico-racial

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008.

P1	“É::: é uma necessidade [...]”
P2	Não respondeu...
P3	“[...] deve ser importante as formas de inclusão. [...]”
P4	“A inclusão étnico-racial é uma coisa anterior disso né. Racial na verdade é social (+) classes sociais (+) predominantemente né a classe negra (+) é mais pobre vamos dizer e aí a questão das cotas entra e eu apoio [...]”
P5	“Eu não vejo necessidade de inclusão étnico-racial [...]”
P6	“(++) É::: alguns grupos eles estão procurando na diferença né? É::: procurar características daquele grupo o que é diferente é o que vai unir esses grupos”
P7	“É::: esclarecendo profundamente, detalhando como seria esse processo [...]”
P8	“No geral independe da etnia de qualquer pessoa, é uma instituição pública (+) todos tem que ter as mesmas condições e direitos. [...]”

P9	“É, na verdade eu acho que não é a cor da pele que vai fazer com que a pessoa tenha mais ou menos oportunidade [...]”
P10	“Olha eu vejo que a questão das cotas é uma possibilidade e ao mesmo tempo ela discrimina, ela limita isso aqui é do branco e isso aqui é do negro.”

Quadro 5 – Respostas de docentes sobre a percepção da questão da inclusão étnico-racial.

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

- Categoria 8 - A inclusão étnico-racial na Ciência da Informação/Biblioteconomia

Essa questão serviu para fundamentar as discussões e reflexões no sentido de produzir uma abertura mais significativa na Ciência da Informação e na Biblioteconomia sobre a inclusão étnico-racial. O Quadro 6 e o Gráfico 8 mostram nos discursos dos (as) docentes a necessidade de uma divulgação mais ampla da necessidade de inclusão étnico-racial na UFPB para uma maior visibilidade da ausência dessa inclusão. Caberia, portanto, à Ciência da Informação/Biblioteconomia que trabalham basicamente com os mesmos objetivos, intensificar as condições de acesso e uso da informação sobre a história e a cultura africana para o público em geral.

A Ciência da Informação “investiga as propriedades e o comportamento da informação” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 44). É por meio da disseminação da informação que atinge seu maior objetivo que é a conscientização de sua responsabilidade social e ética, podendo contribuir para a transformação da sociedade no que diz respeito a eliminação do preconceito, discriminação e racismo. Ao se constituir como um campo de conhecimento que permite discutir os fenômenos informacionais referentes ao uso, acesso e geração de informação, a Ciência da Informação pode por meio de seus diversos canais de acesso contribuir também para reduzir as desigualdades. Por sua vez, a Biblioteconomia enquanto campo de conhecimento aplicado necessitaria trazer a problemática da inclusão étnico-racial para a sociedade em geral. O (a) profissional-bibliotecário precisaria estar antenado às questões das desigualdades raciais, que emergem nosso país, contribuindo para a inclusão de diversos segmentos da sociedade.

A conjunção dessas duas ciências permite uma análise do discurso sobre a temática da inclusão étnico-racial, mantendo como foco a informação e a interdisciplinaridade. Vejamos o Gráfico 6 e o Quadro 6.

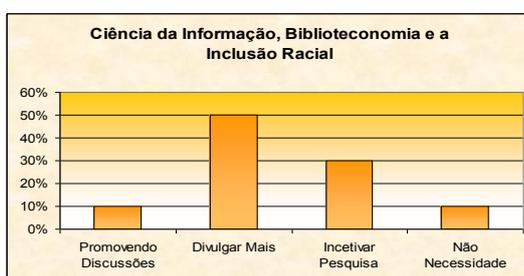


Gráfico 6 - Importância da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para inclusão étnico-racial.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008.

P1	“Acredito que isso parte de encontros gerados nessas áreas, mais discussão a cerca desse tema [...] Lembrando da transdisciplinaridade da ciência da informação que permite discutir esse tema [...]”
P2	“É divulgar mais né, a biblioteca ser mais ainda um centro de disseminação de informação com mais força [...]”

	que o bibliotecário se envolva mais com o seu meio. [...]”
P 3	“[...] incentivar maiores pesquisas neste campo.”
P4	“É:: os trabalhos acadêmicos [...]. São poucos, na verdade são poucas pessoas que se interessam por essa área aí (+) poucas pessoas se interessam.”
P5	“Penso que não há necessidade e nem esforço nesse sentido e sim, de inclusão social [...]”
P6	“Uma das possibilidades que a Ciência da Informação pode contribuir, seria facilitando [...] abrir um espaço para incluir dentro da academia a literatura de negros, de mulheres, de índios.”
P7	“[...] cabe a esse profissional criar canais de rede de comunicação seja ela né a tradicional através de artigos e tudo mais, como outras redes também pra esclarecer a sociedade como um todo desse processo de inclusão social.”
P8	“[...] de maneira ampla eu penso que a Ciência da Informação pode colocar como questões de pesquisa, objetos de estudos de seu campo essa questão né [...]”
P9	“[...] questão mais voltada pra uma divulgação, deixar isso mais (+) em evidência, a mão dos usuários pra que eles né, percebam e comecem a questionar o outro lado da história. [...]”
P10	“Olha, eu realmente não sei. Talvez se colocasse isso como mais um segmento social [...]”

Quadro 6 – Respostas de docentes sobre a inclusão étnico-racial

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

- Categoria 9 - Construção de Imagens Positivas de Afrodescendentes

A representação do Gráfico 7 e Quadro 7 mostra que 10% dos (as) docentes que responderam ao questionário afirmam ser necessário a promoção de debates na áreas da Ciência da Informação/Biblioteconomia que abordasse a inclusão étnico-racial e produzisse discursos favoráveis à construção de imagens positivas da população afrodescendente. Uma parte desses (as) docentes afirma que a construção da imagem positiva deve partir do (a) próprio (a) negro (a), ou seja, os (as) negros (as) devem desconstruir as imagens negativas que os perseguem a muito tempo, e interrompem qualquer forma de auto-afirmação do povo negro.

O incentivo à pesquisa científica foi mencionado por 30% dos (as) docentes o qual, segundo eles (as), é necessário ao percebemos que a busca pelo conhecimento é valiosa. Esses (as) docentes consideram que a pesquisa no contexto educacional representa uma forte aliada para ajudar na construção positiva de argumentos relacionados à situação da população negra. 20% dos (as) docentes consideram positiva a criação de mecanismos de inclusão e de formação de uma consciência crítica que facilite a inclusão de negros (as) na universidade já que se trata de uma área onde a interdisciplinaridade permite investigar as questões sociais.

Os (as) docentes (30%) concordam que deve ser feita uma maior divulgação da temática inclusão étnico-racial no curso para a construção de imagens positivas de negros (as) na UFPB. Essa divulgação, segundo eles (as), poderia estar presente nos encontros promovidos não só nas áreas de Ciência da Informação/Biblioteconomia, mas na UFPB como um todo. Entretanto, 20% dos (as) docentes responderam que é desnecessária essa construção na Universidade, mas não explicaram o motivo. Vejamos o Gráfico 7 e o Quadro 7.

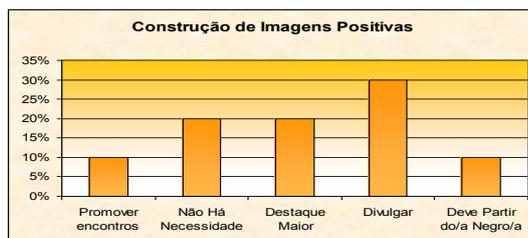


Gráfico 7 - Construção de Imagens Positivas

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

P1	“Bom... propor um encontro regional pra discutir essa questão da cidadania e a cidadania incluiria a inclusão étnico-racial. [...]”
P2	“Eu tenho muito medo desse negócio de construção de imagens positivas. A gente precisa é::: andar de mãos dadas [...]”
P3	“[...] deveria ter um destaque maior. [...] incentivar no mérito, a tolerância [...]”
P4	“[...] Talvez pudesse trabalhar demonstrando mais que a instituição é aberta para todos os tipos [...]”
P5	“Eu não vejo a necessidade de se fazer [...]”
P6	“Seria a própria história né, desconstruindo a história oficial né e construindo uma história que iria priorizar essa parte que foi, que ficou omitida né. Justamente a questão da dominação né a dominação é:::procurou é:::silenciar é::: o lado bonito da história porque é:::a questão dos interesses.”
P7	“[...] Eu vejo um grande problema da universidade da maneira geral é a falta de articulação dos órgãos né que seja órgão acadêmicos e eu diria até mesmo o próprio C.A., D.A., Diretório Acadêmicos dos Discentes, eu acho que aí pra mim seria um grande canal.”
P8	“[...] Dentro do campo didático, podemos sugerir conteúdos, gerar eventos [...] gerar um periódico eletrônico voltado a essa questão e ainda criar uma data em que a universidade toda pudesse ta discutindo essa questão durante um dia inteiro.”
P9	“Eu acho que os próprios negros [...] Então é uma questão de se trabalhar também a população negra.”
P10	“(++) É complicado, eu confesso que não é uma coisa que eu parei pra pensar. [...] Mas eu acho que deveria partir deles próprio, entendeu.”

Quadro 7 – Respostas de docentes sobre construção de imagens positivas de afrodescendentes na UFPB.

Fonte: Pesquisa direta, 2008.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade brasileira, as desigualdades raciais não podem ser entendidas à luz das idéias que difundem a democracia racial, porque a discriminação, o preconceito e o racismo, é que o mundo enfrenta desde a escravidão. São quase quatro séculos de escravidão e a problemática do racismo ainda está latente em nossa sociedade manifestando-se de forma sutil e camuflada. Alguns esforços têm sido desprendidos na tentativa de solucionar o problema por meio das políticas de ações afirmativas e as pressões do Movimento Negro junto ao Estado Brasileiro.

Nas universidades – lugares de saberes, críticas e questionamentos, as ações para o combate ao racismo ainda se manifestam timidamente. Essas ações ainda são insuficientes para ajudar a promover a igualdade social e eliminar as injustiças que afligem mulheres e homens negros em todos os setores da sociedade, necessitando uma luta efetiva de organismos do Estado, da Sociedade Civil e da Universidade conjuntamente com o Movimento Negro, sendo necessária a busca coletiva de sujeitos que estejam envolvidos nessa luta que se iniciou durante a escravidão.

O (a) profissional da informação deve dispor de suas habilidades e agir como mediador (a), facilitador (a) disseminador (a) da informação de interesse da população

afrodescendente e trabalhar questões ligadas aos diferentes grupos sociais para ajudá-los a esclarecer e defender os direitos sociais que cabem aos cidadãos (ãs). Estar conectados com as relações sociais não é apenas uma tarefa governamental, mas também exige a atuação do profissional da informação – bibliotecário (a), arquivista e cientista da informação.

A sociedade da informação e do conhecimento espera desse (dessa) profissional não apenas a sua atuação como disseminador (a) da informação, mas também a sua mobilização nas práticas de cidadania para responder às novas exigências da sociedade contemporânea. Assim sendo, a responsabilidade social implica formar profissionais da informação a partir de uma formação ética, atentando para o fundamento ético da educação no sentido da definição dos conteúdos, dos métodos, dos objetivos do ensino, que visem o respeito aos grupos sociais socialmente vulneráveis.

Assumir a responsabilidade ética e social não significa que o profissional da informação (bibliotecário (as)) somente deixe prevalecer o conhecimento técnico ou mesmo o tradicional conceito de “guardião de livro”. Diversas habilidades podem e devem ser atribuídas a esse (a) profissional. Novas formas de conhecimento e disseminação da informação são desafios a serem enfrentados frente às diversas situações/problemas com as quais defrontamos nessa sociedade da informação e do conhecimento, cuja dinâmica revela o quadro de desigualdade racial em que se colocam inúmeros cidadãos/ãs no território brasileiro.

A nosso ver, atender a tais exigências suscitadas pela sociedade da informação requer uma formação que o (a) capacite o (a) adequadamente para estar sempre afinado (a) com as demandas do mundo do trabalho e obter conhecimentos potenciais para agregar valores e competências fundamentais ao seu desenvolvimento profissional. Como profissional que exerce a função de facilitador (a), o seu papel social está presente em suas habilidades, como reconhecem P6 e P9. Esse ponto de vista é legítimo pelo fato de compreendermos que a atuação do (a) profissional bibliotecário (a), em grande parte, relaciona-se à busca de ferramentas que facilitem o acesso e a disseminação da informação para seus (suas) receptores (as). Ou seja, a sua atuação concentra esforços que vai desde a busca e a recuperação da informação até a parte final, que é a disseminação desses dessa informação para o público interessado.

Ao docente-pesquisador, o incentivo à pesquisa e a realização de discussões voltadas para a temática da inclusão étnico-racial articulada à informação seriam formas consistentes para uma maior interação por parte dos (as) docentes e dos (as) discentes sobre a história e a cultura de matriz africana nas universidades públicas, engendrando forças conjuntamente com parceiros da sociedade para eliminar o preconceito, a discriminação racial e o racismo na sociedade brasileira,

SOCIAL AND ETHICAL RESPONSIBILITY AND INCLUSION OF AFRO-DESCENDANTS IN SPEECHES OF PROFESSIONAL INFORMATION IN PUBLIC UNIVERSITY

Abstract

The study aims to analyze the social and ethical responsibility relationship of information professionals and the inclusion of afro-descendants in the light of interdisciplinary

expertise, looking for the design of dissemination of information that guided the actions of information professionals. Is a brief discussion on the path of African Negro, the long-term by crossing the Atlantic, uprooting parent's homeland and the actions of colonists over the negroes to serve as labour-intensive in inhuman conditions in Brazilian soil. Discusses the current inclusion policies that maintain a panorama excluding in all sectors of the current society, mainly in public universities. The qualitative methodological approach as allowed understanding referential of the phenomenon and the seizure of meanings produced by subject-search, enabling participants to reflect on what takes professional librarians, teachers to act in a way and not another in their natural environment, without considering the demarcation of boundaries between subject and object. The survey instrument used was the questionnaire applied to subject of the search. We found, from a discourse analysis that social responsibility of Information Science/Librarianship would imply in an ethics formation, paying attention to the ethical basis of education of professionals to help them define content, teaching methods and goals designed to socially vulnerable social groups, and especially afro-descendants.

Keywords: Ethical-social responsibility. Ethnic-racial inclusion. Afro-descendants. Information professionals.

REFERÊNCIAS

ABREU, Adilson Avansi de. Ciência e inclusão social. In: MATOS, Cauê (Org.) **Ciência e inclusão social**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

AMORIM, Rebecca Rappel de. **A responsabilidade social dos profissionais da informação e a preservação do meio ambiente**. Disponível em: < www.congressoinfo.cu/UserFiles/File/Info/Intempres2006/Intempres2004/Sitio/Ponencias/3.pdf -> Acesso em: 21 mar. 2008.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A construção do currículo em parceria com o projeto educativo. **Inf. & Inf.**, Londrina, v. 11, n. 1, jan. / jun. 2006.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Linguagem e cenários de referências para formação de competências em novos contextos de aprendizagem. Disponível em: www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=202. Acesso: 10 mai 2008

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética dos humanos e compaixão pela terra**. São Paulo: Vozes, 1999.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. São Paulo: EDIPUCRS, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder Um débito colossal. **Folha de S. Paulo**, 08 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.circulopalmarino.org.br/noticias/um-debito-colossal-por-fabio-konder-comparato/>. Acesso: abr. 2009.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Africanidades, afrodescendências e educação**. 2002. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2001/edc/edctxt5b.htm>>. Acesso em: 13 out. 2006.

GODOI, C.K.; BALSINI, C.P.V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: SILVA et al. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GUIMARÃES, Alfredo Sérgio. **Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras**. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar?q=negros+e+vestibulares&hl=pt-BR&lr=&btnG=Pesquisar&lr=>>>. Acesso: 12 abr. 2008.

HANS-Jonas. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

LIMA, Silmara dos Santos. **Mercado de trabalho e atuação do profissional bibliotecário: estudo dos egressos (2003.1, 2003.2 e 2004.1) do curso de graduação em Biblioteconomia da UFPB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - João Pessoa: 2005.

MACEDO, Donaldo; BARTOLOME, Lilia. O racismo na era da globalização. In: IMBERNÓN, F. (Org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidade, problemas e caminhos**. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989.

PEIXOTO, Maria do C. de L. (Org.). Apresentação. In: _____. **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

PINHEIRO; L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M.. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, 1995.

REIS, Marivaldina Bulcão; CARVALHO, Kátia de. **Atualidade da missão do bibliotecário: contribuição de José Ortega y Gasset**. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/adicionais/MarivaldinaReis.pdf>>. Acesso: 22 julh.2008.

REIS, Fábio Wnderley. Democracia, universidade e relações sociais. In: **Universidade e democracia: experiência alternativas para ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: EDUFMG: 2004.

RUBI, Milena Polsinelli; EUCLIDES, Maria Luzinete; SANTOS, Juliana Cardoso dos. Profissional da Informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.1, p. 104-108, jan./jun. 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. Brasília: SECAD, 2005.

SILVA, Nelson Canzian da. Produção do conhecimento e inclusão social: o papel social da universidade. In: MATOS, Cauê (Org.) **Ciência e inclusão social**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Programa de ações afirmativas**: uma proposta para a UFPB. Disponível em: <[http://www.prg.ufpb.br\(a\).Afirmativas/Texto%20A%E7%F5es%20Afirmativas%20-%20VRev%2016-04-06.pdf](http://www.prg.ufpb.br(a).Afirmativas/Texto%20A%E7%F5es%20Afirmativas%20-%20VRev%2016-04-06.pdf)>. Acesso: 13 nov. 2007.